

Atuação brasileira no sistema de saúde do Haiti como política internacional

Daniel Perdigão¹

Michelle Zampieri Ipolito²

Resumo: Desde 2004, o Haiti, considerado um quase-Estado, assiste à ação de uma missão militar das Nações Unidas liderada pelo Brasil em seu território. Desde então, o Brasil tem atuado mais intensamente no país caribenho como parte de uma política externa de cooperação horizontal, ou Sul-Sul. Este trabalho busca analisar uma fração representativa desta operação: a atuação do Brasil no sistema de saúde do Haiti. A referida análise é realizada sob o ponto de vista da política internacional.

Palavras-chave: Cooperação Internacional; Saúde Pública; Política Externa Brasileira.

Brazilian performance in Haiti's health system as an international policy

Abstract: Since 2004, Haiti, considered a quasi-state, witnesses the action of a United Nations military mission led by Brazil in its territory. Since then, Brazil has been acting more intensely in the Caribbean country as a part of a foreign policy of horizontal cooperation, or South-South cooperation. This work seeks to analyze a representative fraction of this operation: Brazil's performance in Haiti's health system. This analysis is carried out from the point of view of international politics.

Keywords: International Cooperation; Public Health; Brazilian Foreign Policy.

Introdução

A República do Haiti se localiza no Mar do Caribe, ocupando aproximadamente a terça parte mais ocidental da Ilha de Santo Domingo, ou Hispaniola, em uma área total de 27 750 km² (ESTADOS UNIDOS, 2017), o que representa superfície equivalente à do estado brasileiro de Alagoas (BRASIL, 2017). A economia é extremamente dependente dos auxílios internacionais e do envio de dinheiro por expatriados (FREIRE, 2010). Suas exportações, com peças de vestuário representando mais de 80% do valor total, são realizadas, em proporção de mais de 80%, para os Estados Unidos (BRASIL, 2015). A população estimada de 10,5 milhões vive com uma renda *per capita* anual equivalente de 1800 dólares, menos de um oitavo da brasileira, posicionando o país nesse quesito em 209º em ranqueamento de 230 países e territórios, ou seja, no decil inferior (ESTADOS UNIDOS, 2017).

Termos como “quase-Estados”, “estados falidos” ou “estados colapsados” têm sido usados na literatura internacionalista e de ciência política (JACKSON, 1993) ao se referir a Estados que, apesar de possuírem independência e serem reconhecidos no âmbito da sociedade internacional (WATSON, 2004), são profundamente pobres, politicamente instáveis e mostram constantes dificuldades para garantir direitos

¹ Universidade de Brasília. E-mail: perdigao@yahoo.com.br

² Universidade de Brasília. E-mail: michellezampieri@yahoo.com.br

básicos como a vida, a segurança e a justiça. O Haiti se encontra classificado entre estes Estados de forma inequívoca, sendo o único país das Américas a estar entre os 60 países considerados mais frágeis – o tercil superior da lista –, posicionando-se no décimo lugar de um ranqueamento internacional bem reputado nesse tipo de classificação e análise (FOREIGN POLICY, 2016). A fraqueza das instituições do Haiti e um cenário político fragmentado provocam um permanente estado de instabilidade.

O Haiti, até há cerca de 15 anos, era um país sem uma ligação especial com o Brasil, fosse linguística, geográfica, econômica ou conjuntural. No entanto, a partir de 2004, aquele Estado passou a ser alvo de atenção direta e especial por parte da política externa brasileira. A principal razão para isso foi a liderança do Brasil da Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (Minustah), implantada naquele ano. Esse posicionamento do Brasil em termos de política exterior, por representar uma mudança de paradigma, merece ser analisado.

Neste trabalho, no entanto, buscamos tratar da atuação não estritamente militar do Brasil no Haiti. Essa atuação foi ampla e ocorreu em diversas áreas, como educação, agricultura, transporte, entre outras. Optamos por focar a área da saúde porque este setor foi um dos mais privilegiados em termos da cooperação horizontal brasileira no país caribenho e, portanto, é representativa do conjunto. Ademais, a saúde é setor que sofreu diretamente os impactos dos eventos ocorridos ao longo destes quase quinze anos: a persistente instabilidade política no Haiti; o terremoto de 12 de janeiro de 2010 na capital Porto Príncipe; a atuação da Minustah; as oscilações da economia brasileira e as mudanças na nossa política interna, refletidas na política externa em relação ao Haiti. Buscamos discutir as condições da atuação brasileira nas políticas de saúde no Haiti, não somente por meio da ação da Minustah, mas especialmente via acordos bilaterais e multilaterais, com especial ênfase na Cooperação Tripartite Brasil-Cuba-Haiti.

Brasil e Haiti em 2003-2004

A eleição de Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT), à presidência do Brasil em 2002 foi o primeiro evento a aproximar nosso país do Haiti neste século. Isto porque a política externa do governo Lula buscava fortalecer o multilateralismo, por meio da crescente interação diplomática, econômica, acadêmica, social e cultural entre países em desenvolvimento, visando a uma ordem internacional mais igualitária (BARBOSA, 2011).

A priorização das relações Sul-Sul, especialmente com parcerias e cooperações, foi marca do governo Lula durante os oito anos de sua duração. No entanto, diversos autores entendem que esse tipo de política externa só se justificava pelo interesse, por parte do Brasil, por uma reforma da Organização das Nações Unidas (ONU). Mais especificamente, por uma ampliação de seu Conselho de Segurança (CS), no qual o Brasil e outros Estados considerados potências regionais passariam a ter assento permanente (TERRALL, 2007; BOURNE, 2008; NASSIF, 2014). Barbosa (2011), no entanto, enxerga que essa questão, junto com outras, como a defesa do multilateralismo na Rodada Doha da Organização Mundial do Comércio, ou o aprofundamento das relações regionais do Brasil na América Latina, já se encontravam na pauta do Itamaraty antes de Lula assumir a presidência do Brasil, embora com ênfases distintas.

Quanto ao Haiti, a eleição de Jean-Bertrand Aristide à presidência em 2000 já havia sido conturbada, com vários adiamentos e considerada fraudulenta pela oposição (BBC, 2000). Aristide venceu com 92% dos votos, embora se estime que metade dos eleitores não tenha votado (HALLWARD, 2004). Aristide não era bem visto na Europa e na América do Norte, sendo acusado de se beneficiar diretamente do tráfico de drogas (MITCHELL, 2004). Sob a justificativa da corrupção e do crime organizado, países dessas regiões

suspenderam ajudas humanitárias ao Haiti durante o mandato de Aristide, levando o país a uma contração econômica de mais de 25% em quatro anos (HALLWARD, 2004).

Neste contexto, uma oposição local, crescente e armada conseguiu tomar o poder em diversas cidades importantes do norte do Haiti ao longo do mês de fevereiro de 2004 (KLARREICH, 2004; EFE, 2004). No dia 28 de fevereiro, Aristide ainda detinha o controle da capital, embora sob a acusação da embaixada dos Estados Unidos de que milícias pró-governo vinham realizando saques na cidade (SCRUTTON; LONEY, 2004). No dia seguinte, deixou o país (REUTERS, 2004a), embora pouco depois tenha alegado que sua renúncia teria sido forçada por Estados Unidos e França (REUTERS, 2004b). Fato é que a saída de Aristide cria um vácuo de poder, preenchido no mesmo dia 29 de fevereiro por militares liderados pelos Estados Unidos, na chamada Operação Amanhã Seguro, autorizada pela Resolução 1529 do CS da ONU (McPHERSON, 2013).

Dois meses depois da queda do presidente eleito, a Resolução 1542 do CS da ONU estabelece a criação da Minustah. Não era a primeira missão das Nações Unidas no país: houve outras três na década de 1990 (AFP, 2004). A Minustah marcou a presença brasileira na ilha de Hispaniola desde 2004. Assim sendo, mesmo que não pretendamos, aqui, discutir minúcias do comando e da ação da Minustah, pois isto já foi feito exaustivamente por diversos autores (LUCENA, 2014), não parece possível fazer a análise de qualquer relação recente entre o Brasil e o Haiti sem levar em conta a influência da missão militar.

Os primeiros dois anos de presença da Minustah no Haiti foram marcados pela violência extrema, em atos ligados ou não à política, e pelo descontrole da criminalidade (EFE, 2006). Até mesmo o chefe militar da Minustah, o general-de-divisão brasileiro Urano Bacellar, foi encontrado morto, com um tiro na cabeça, em seu quarto de hotel em Pétionville, subúrbio nobre de Porto Príncipe, sem que esteja claro, até hoje, se sua morte foi um suicídio, um acidente ou um assassinato (IVES, 2011).

Havia algum motivo especial para o Brasil aceitar liderar a missão Minustah? De acordo com o ex-senador haitiano Jean-Charles Moïse em entrevista a veículo de imprensa brasileiro (ZONTA, 2013), o Brasil serviu de “fantoche” de potências que já ocuparam o Haiti, como os Estados Unidos e a França, para realizar uma nova invasão do país caribenho. Já Lucena (2014) entende de forma diferente. Segundo esta autora, ainda que a missão de paz no Haiti tenha sido, possivelmente, a primeira em que não havia um vínculo histórico ou linguístico entre o Brasil e o território de intervenção, esta se justifica pelo que já se disse aqui: política internacional Sul-Sul capitaneada por Lula. Com base nessa posição, exclui-se a ideia de que tenha havido quaisquer manipulações do Brasil por parte de outros países com interesses no terço oeste de Hispaniola.

Os convênios entre 2005 e 2009

Podemos colocar como um dos primeiros passos, se não o primeiro, da cooperação entre Brasil e Haiti a promulgação do decreto 5284, de 24 de novembro de 2004, que efetivamente faz vigorar o Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica celebrado em 1982 entre o Brasil e o Haiti. Ainda que o foco fosse o desenvolvimento agrícola e florestal, bem como a organização burocrática de institutos de pesquisa, este foi um passo importante para estabelecer uma relação positiva entre os dois países. Obviamente que não se pode esquecer da promoção, encampada por Lula e posteriormente executada em agosto de 2004, de um jogo de futebol entre as duas seleções nacionais em território haitiano (LIMA; SANTORO, 2009) como uma demonstração ainda mais forte, ao povo haitiano, de que o objetivo do Brasil na sua atuação no Caribe era o de promover valores positivos.

Cooperações internacionais para o desenvolvimento fazem parte da dinâmica internacionalista pelo menos desde o fim da Primeira Guerra Mundial. Foi essa uma das justificativas para, por exemplo, ser constituída a Liga das Nações, no período entreguerras: na visão do liberalismo institucional, instituições internacionais podem facilitar a cooperação entre Estados (JACKSON; SØRENSEN, 2013). Tal visão foi reforçada ao fim da Segunda Guerra Mundial, tornando-se muito mais frequente a constituição de organismos e acordos internacionais, multilaterais ou bilaterais. No caso da saúde, a constituição da Organização Mundial da Saúde, em 1948, poderia ser citada como um exemplo (GOULART; COSTA, 2015).

O Brasil acompanhou o desenvolvimento das cooperações técnicas em âmbito internacional, embora, em geral, como receptor da ajuda em colaboração Norte-Sul. Foi a partir da década de 1970 que o Brasil passou a ser, também, implementador de projetos de cooperação, especialmente na América Latina e na África, com recursos do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) (IGLESIAS, 2010; CERVO; BUENO, 2015). Nestes casos, a contribuição do Brasil foi do tipo horizontal ou Sul-Sul, pressupondo implementação em bases igualitárias, visando ao desenvolvimento comum, sem interesses políticos e econômicos de qualquer tipo, além de absoluto respeito à soberania do Estado estrangeiro.

Assim, para Ekström e Alles (2012), as ações do Brasil no Haiti a partir de 2004, atuando não somente em cooperações Sul-Sul, mas também como líder da Minustah, mostra uma reorientação da política externa nacional, por muito tempo marcada pelo princípio da não intervenção. Para aqueles autores, em casos como esse, há uma ressignificação do conceito de soberania que emergiu dos Tratados de Westfália, datados do século 17. Nesse novo significado, mais flexível, não intervir é negativo, porque o Estado estrangeiro, sozinho, não é capaz de gerenciar suas dificuldades e limitações nos campos institucional e de direitos humanos. A intervenção, contudo, deve se dar dentro de um conceito de “responsabilidade de proteger” – *responsibility to protect*, em inglês –, desenvolvido entre 1999 e 2000 por incentivo do então secretário-geral da ONU, Kofi Annan, no âmbito da Comissão Internacional sobre Intervenção e Soberania do Estado (NAÇÕES UNIDAS, 2000). Segundo esse conceito, as responsabilidades dos Estados mais desenvolvidos e estáveis em relação aos quase-Estados são bem claras: prevenir crises e causas de instabilidade interna dos Estados frágeis; reagir a situações que exijam intervenções com medidas apropriadas, sendo a atuação militar a medida mais extrema; e reconstruir, provendo a assistência necessária para mitigar os efeitos das crises e das intervenções.

Neste sentido, a intervenção do Brasil no Haiti foi extremamente vanguardista, respondendo a anseios da comunidade internacional pela superação de um conceito de soberania que implicava, na prática, indiferença em relação aos quase-Estados e à situação de sua população. É cedo, no entanto, para dizer se a política externa brasileira passará a se guiar por este princípio no futuro, ou se o caso haitiano foi isolado, motivado por uma conjunção de fatores que incluiu um governo brasileiro mais sensível às causas humanitárias e incentivos externos à ação estrangeira no país caribenho. Também é difícil saber se as intervenções humanitárias serão usadas no futuro, de forma seletiva, ou de forma imperialista, subvertendo, assim, sua razão de ser. Tal discussão, no entanto, vai além dos objetivos do presente texto.

Menezes, Vasconcelos e Bregolato (2012) têm um trabalho bastante completo sobre as relações de cooperação entre o Brasil e o Haiti no período de atuação da Minustah, ou seja, desde 2004. Fica claro, nesse documento, que o Brasil não mostrou restrições notáveis à atuação compartilhada no Haiti em nenhuma área. Foram realizados projetos bilaterais e multilaterais para projetos de engenharia, empreendedorismo, organização de processos eleitorais, desenvolvimento de agricultura, preservação do ambiente, ações de segurança, promoção da saúde, atuações na área de educação básica e técnica, entre outras, tendo sido, portanto, muito ampla a atuação do Brasil para buscar melhorar as condições de vida no Haiti.

Uma característica positiva das colaborações técnicas entre os dois países é o fato de que elas não

envolviam, até 2009, transferência direta de dinheiro, de acordo com Menezes, Vasconcelos e Bregolato (2012). Não que o Brasil não tivesse custos com a implantação dos projetos, ou que eles não envolvessem, além dos aspectos técnicos, algum tipo de material. Havia, sim, custos, e também havia bens envolvidos nas ações de cooperação. Mas tais bens eram comprados ou construídos pelo governo brasileiro, sem que o governo haitiano atuasse como intermediário, recebendo o dinheiro para comprar tais bens. Entre as ações ocorridas, apoiadas pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e já finalizadas no período de 2005 a 2009, estão a revitalização de uma fazenda do Ministério da Agricultura haitiano, a capacitação de membros da Polícia Nacional Haitiana, a recuperação de estruturas rodoviárias e de cobertura vegetal e a construção de cisternas.

Mas a área prioritária da intervenção da ABC era a da saúde. Houve várias ações que buscaram a melhoria das condições de saúde no Haiti iniciadas antes do terremoto de Porto Príncipe, em janeiro de 2010. Em 2006, o governo brasileiro já assinava acordo trilateral com o Haiti e com o Canadá para a implementação do projeto de aprimoramento do programa haitiano de imunizações. Em 2008, novo acordo bilateral, para assistência às mulheres vítimas de violência no Haiti. Em julho de 2009, ocorreu missão brasileira ao Haiti para diagnóstico prévio visando dar apoio técnico para a implementação de bancos de leite humano naquele país (FIOCRUZ, 2011).

Segundo Gauthier e Sousa (2006) e Waisbich e Pomeroy (2014), houve outra forma de atuação de brasileiros na saúde haitiana. Militares brasileiros com formação e atuação na área de saúde atuaram, sob o comando da Minustah, de forma direta, em centros médicos e dentais do país ou em instalações de campanha. Trata-se de uma forma, dentre tantas outras, de aproximar os militares da população local, de forma a criar laços de confiança. Observa-se, ainda, que, segundo a página oficial da Minustah, consultada em janeiro de 2017, as ações em saúde não constam explicitamente das atribuições originais da missão internacional. No entanto, cuidar da saúde da população mostra-se forma efetiva de promover e proteger direitos humanos, algo que é objetivo expresso da Minustah.

Terremoto e novos convênios

Pouco tempo depois do terremoto de 2010, o então presidente Lula visitou a capital do Haiti, tendo ficado impressionado com a destruição e passando a clamar por esforços internacionais para a recuperação da cidade (REUTERS, 2010). Nesse contexto, o Brasil doou dinheiro para um fundo internacional de ajuda ao Haiti, sendo essa a única contribuição que o Brasil fez com numerário, e não com bens e serviços, como de praxe (PEIXOTO, 2010). Além dessa doação, o Brasil intensificou a contribuição ao Haiti com produtos e serviços. Alguns exemplos são a impressão gratuita de cédulas da moeda local, o gourde (OLIVEIRA, 2013), e a celebração de novos adendos à cooperação técnica entre os dois países. Para se ter ideia, somente em 2010, foram assinados mais acordos de cooperação técnica envolvendo Brasil e Haiti do que nos seis anos anteriores, de acordo com consulta ao Sistema Atos Internacionais do Ministério das Relações Exteriores (MRE ou Itamaraty).

Entre os projetos ligados à área da saúde oficializados pelo Itamaraty em 2010, bilaterais ou multilaterais, com a participação das duas repúblicas, estão o Estudo para a Promoção de Ações de Fortalecimento da Agricultura Familiar e da Segurança Alimentar e Nutricional, o Apoio à Implantação de Banco de Leite Humano no Haiti, o Programa de Capacitação em Reabilitação de Pessoas com Deficiência, o Fortalecimento da Capacidade Política e Institucional de Agentes Governamentais e Não-Governamentais do Haiti para Promoção e Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência, o Instituto Haiti-Brasil de Reabilitação

de Pessoas com Deficiência, e a Capacitação, Modernização e Ampliação da Capacidade Operacional do Laboratório do Centro de Saúde Lucelia Bontemps, na periferia de Porto Príncipe.

Mais importante que todos estes, no entanto, é o Memorando de Entendimento Brasil-Cuba-Haiti, visando ao fortalecimento do sistema de saúde haitiano, especialmente de seu sistema de vigilância epidemiológica. Tal memorando foi assinado menos de três meses depois do terremoto pelos ministros da Saúde do Brasil, de Saúde Pública de Cuba, de Saúde Pública e da População (MSPP) do Haiti, e também pelo então presidente haitiano, René Préval. Um comitê gestor tripartite, com representantes dos ministérios de saúde dos três Estados, foi constituído para elaborar o plano de ação e administrar a sua execução. A intenção era a de promover um fortalecimento do MSPP, mantendo a sua autonomia. O comitê acabou por dividir os trabalhos em grupos técnicos, como os de Assistência – responsável pela área de estrutura física –, de Reabilitação – incumbido de apoiar a implantação de um instituto de reabilitação em saúde –, de Formação – para treinamento e capacitação do pessoal haitiano –, de Vigilância Epidemiológica e Imunização, além de um para organização dos serviços e financiamento (BRASIL, 2014).

Nota-se que esta ação internacional, da qual o governo brasileiro foi partícipe pela liderança do Ministério da Saúde e não do Itamaraty, foi adequada do ponto de vista de buscar manter a soberania da República do Haiti nas suas questões internas. O objetivo do acordo tripartite, segundo o texto do memorando que o subsidiou, era o de realizar atividades que buscassem recuperar a infraestrutura e capacitar profissionais de saúde. Isso ocorreu especialmente em Porto Príncipe, cidade que, ao ser atingida diretamente pelo terremoto, havia perdido ou tido danificados edifícios e equipamentos de saúde, além de sofrer com a morte ou a invalidez de profissionais da área.

Ao Haiti, a parte beneficiária do acordo, caberia, além de identificar as áreas com carências de estrutura e de recursos humanos, escolher o pessoal a ser qualificado e se responsabilizar pelo pagamento dos salários dos funcionários locais e pela segurança de prédios, equipamentos e pessoal (BRASIL, 2014). Cuba atuaria no acordo como já vinha atuando desde 1999 no país vizinho (BONET, 2013): disponibilizando profissionais de saúde e apoiando a formação local de pessoal especializado (BRASIL, 2014).

Por parte do Brasil, o memorando levou à criação e à implantação do Projeto Sul-Sul de Fortalecimento da Autoridade Sanitária do Haiti (Prodoc-BRA/10/005), com o Ministério da Saúde brasileiro como financiador e executor, e a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento como apoiadores. Visava à construção e à manutenção de quatro Hospitais Comunitários de Referência (HCR), nas localidades de Croix de Bouquets, Carrefour, Tabarre e Bon Repos, todas elas nas periferias de Porto Príncipe, como indicado pelo MSPP haitiano; dotação de equipamentos de infraestrutura, logística e rede de frio; apoio à formação de mil e quinhentos agentes comunitários de saúde e quinhentos técnicos de nível médio (BRASIL, 2014).

A execução da cooperação Brasil-Cuba-Haiti

Vários foram os atores brasileiros chamados a participar da execução do projeto de cooperação em saúde com o Haiti, todos eles alinhados com essa visão internacionalista. A ABC, agência que integra a estrutura do MRE brasileiro, costuma estar à frente da condução de acordos internacionais de cooperação, fazendo a ligação entre o país que necessita ou que requisita ajuda do Brasil – em geral, auxílio científico, tecnológico ou técnico – e a entidade governamental brasileira que pode ajudar – na maioria dos casos, universidades, centros de pesquisa ou academias corporativas de autarquias federais ou governos estaduais. Portanto, era, de certa forma, esperado que a ABC fosse chamada a apoiar a celebração do acordo tripartite.

O Ministério da Saúde brasileiro, por sua parte, celebrou convênios com três organizações com experiência na área da saúde, visando obter apoio para a execução do projeto. São elas: Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Cada uma dessas organizações teve um papel bastante bem delimitado para o alcance dos objetivos da cooperação internacional. A Fiocruz, talvez por pertencer ao organograma do Ministério da Saúde e ter experiência internacional mais notável, teve um papel mais amplo. Três unidades ligadas à fundação federal atuaram no Haiti: a Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca – atuando na capacitação de profissionais, especialmente em epidemiologia –, o Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde – trabalhando com gestão do conhecimento e estatísticas – e o Canal Saúde – buscando formas de comunicação com a população que se adequassem à realidade local (BRASIL, 2014; GOMES; OLIVEIRA, 2015). A UFRGS teve um papel predominante na gestão do sistema de saúde haitiano, com a organização da rede de serviços, e a UFSC atuou com formação de recursos humanos, especialmente para a formação de agentes comunitários de saúde e técnicos em enfermagem (BRASIL, 2014).

Nem tudo, no entanto, foi positivo no período de execução do projeto. Começamos citando as dificuldades e limitações do lado brasileiro. O crédito extraordinário a que os Ministérios da Defesa e das Relações Exteriores tiveram acesso para missões de paz e operações de assistência especial, respectivamente, garantidos pela lei federal 12239, de 19 de maio de 2010, somando mais de 300 milhões de reais em valores não atualizados, acabou não se repetindo ao longo do governo de Dilma Rousseff (2011-2016). Além disso, a valorização do dólar frente à moeda nacional e a redução relativa do orçamento do MRE em relação ao orçamento federal total levaram a uma crise nas ações diplomáticas brasileiras, especialmente no ano de 2015 (MELLO, 2015). Isto porque, além de haver diminuição relativa do custeio em reais, o real também passou a poder comprar menos moeda estrangeira do que antes. Assim, as ações no exterior ficaram severamente limitadas.

A mudança presidencial no Brasil, ocorrida em janeiro de 2011, também impactou fortemente na política externa. Para Saraiva (2014), apesar das continuidades no que diz respeito às linhas de pensamento, o MRE sofreu não somente com a redução orçamentária, mas também com desprestígio por parte da presidente, que, ademais, também não era afeita a exercer diplomacia presidencial, como seu antecessor. Para a autora, a presidente Dilma, ao contrário de Lula, não mostrou a mesma vontade política de projetar externamente o Brasil, tampouco de tratar de temas externos que apresentassem ganhos não tangíveis no curto prazo. Entendemos que os acordos celebrados entre Brasil e Haiti no período 2003-2010, incluindo-se aí a cooperação tripartite, se encaixam exatamente neste último caso.

Menezes, Vasconcelos e Bregolato (2012) lembram de duas dificuldades adicionais: a primeira é a de que o Brasil não tem a mesma experiência em cooperação que muitos países do Norte. A segunda é ter entraves burocráticos maiores que os de outros países, inclusive com cancelamentos de projetos, o que, às vezes, leva o governo ou a entidade estrangeira receptora da ajuda a perder a confiança na ação brasileira.

Em relação a esses aspectos, Menezes, Vasconcelos e Bregolato (2012) também os veem como empecilhos para uma adequada cooperação internacional quando são responsabilidades do governo estrangeiro, no caso, o haitiano. A burocracia do Estado caribenho tem como fatores alimentadores a fragilidade das estruturas estatais, o orçamento reduzido e a instabilidade política, muito maiores no Haiti do que no Brasil.

A propósito, a política haitiana durante o período de execução do acordo tripartite também foi especialmente conturbada, ainda mais se comparada ao período do mandato presidencial anterior, de René Préval, finalizado em maio de 2011. Mandatos de um terço dos senadores e também dos representantes do

Executivo e do Legislativo das entidades subnacionais (departamentos, distritos e comunas) acabaram no início da década sem que houvesse uma eleição para a escolha de novos membros (CECI, 2015). As tensões políticas e a persistente ausência de um conselho eleitoral resultaram, ainda, na dissolução da Câmara de Deputados e na expiração do mandato do segundo terço dos senadores em janeiro de 2015 (IJDH, 2015), realimentando a incerteza política. Protestos populares contra o presidente Michel Martelly foram comuns ao longo de todo o seu mandato, especialmente pela ausência de eleições (BBC, 2014), e aumentaram após a mutilação do Congresso, quando o presidente passou a governar por decreto (IJDH, 2015). Havia, ainda, a necessidade de se escolher um novo chefe de governo por um processo eleitoral completo e confiável até o final de 2015 (JÚNIOR, 2015), o que só ocorreu efetivamente em novembro de 2016, deixando o Haiti por quase um ano com um presidente provisório (EFE, 2017).

Em relação à terceira parte do acordo de cooperação, é preciso destacar que Cuba já era parceira do Haiti na área da saúde havia muito mais tempo que o Brasil. Em qualquer tempo que se vá à Escola Latino-Americana de Medicina, na capital cubana Havana, é possível observar centenas de médicos haitianos em formação inicial ou continuada (MISOCZKY, 2015). No dia anterior ao do terremoto em Porto Príncipe, já havia mais de 500 médicos cubanos em território haitiano (GOULART; COSTA, 2015). Há uma constante transferência das atividades dos centros de saúde dos cubanos para os haitianos, à medida que a parceria avança. Em visita à cidade de Anse-à-Pitres, no sudeste haitiano, em julho de 2014, apuramos que o centro de saúde local, que por muito tempo pôde operar graças a um médico cubano, já contava com um médico haitiano. Em suma, Cuba mantém com o Haiti programas na área de saúde muito mais amplos e duradouros do que a cooperação tripartite com o Brasil, o que pode ter contribuído para reduzir a importância relativa dada pelos cubanos a essa parceria.

Por fim, a Minustah, que também tem a função de contribuir para dar segurança aos especialistas estrangeiros na sua ação em território haitiano, teve um período conturbado na sua atuação durante os anos de 2012 e 2013. Nesse período, observou-se um recrudescimento da violência no Haiti, especialmente a urbana, e notadamente nas periferias da capital Porto Príncipe, exatamente onde a atuação do projeto se concentrava. Pouco tempo depois, começou a se falar em encerramento da Minustah. A rejeição local à presença da força internacional também foi crescente no período (WAISBICH; POMEROY, 2014), coincidindo, também, com a vontade cada vez maior de seus participantes de encerrar a missão (FUENTES, 2015; FREITAS, 2016). Com tudo isso, a Minustah, prevista para ser finalizada neste 2017, não pôde contribuir tão adequadamente para a consecução dos objetivos da cooperação tripartite.

Em razão dos fatores acima citados, a implementação do Projeto Sul-Sul de Fortalecimento da Autoridade Sanitária do Haiti ocorreu lentamente, com expressivos atrasos. Mesmo assim, e a despeito das reduções de verbas, foram concluídos três dos quatro HCR previstos, ainda que em localidades distintas daquelas inicialmente previstas: Bon Repos, Beudet e Carrefour, todas na periferia de Porto Príncipe. Atrasos e bloqueios no repasse de verbas brasileiras para o pagamento de bolsas para os estudantes e profissionais em treinamento eram constantes, não somente por falta de dinheiro do governo do Brasil, mas também por descontrole dos pagamentos por parte do Haiti. Mesmo assim, a lista de atividades realizadas por parte dos especialistas brasileiros, especialmente as de consultoria para implantação de ações de baixo custo, é bastante expressiva (BRASIL, 2014).

Por outro lado, a contrapartida haitiana também é precária. Em julho de 2015, mais de um ano após as inaugurações, os três HCR construídos com dinheiro brasileiro e assumidos pela administração haitiana encontravam-se operando apenas seus setores de emergência, ou seja, sem realizar atendimentos eletivos, apesar de estarem dotados de estrutura e equipamentos para isso. A então ministra da saúde pública ainda contava com o trabalho de equipe cubana, e não haitiana (FREITAS, 2015). Mesmo em novembro

de 2016, dois dos três hospitais só atendiam a 200 pessoas por dia (NAÇÕES UNIDAS, 2016), sendo que somente a população de Carrefour é de quase 600 mil pessoas (BRASIL, 2014). Com base em caso relatado por Pessoa, Kastrup e Linger (2016), é possível imaginar que persista um descompasso entre a tecnologia presente nos hospitais e a qualificação do pessoal, o que exigiria mais investimento do Brasil na formação dos profissionais e também no custeio da operação, para que os valores despendidos em imóveis e bens não venham a se tornar apenas um desperdício.

Considerações finais

Ainda que o Brasil tenha passado a interagir mais intensamente com o Haiti ao liderar missão militar das Nações Unidas próxima de seu fim (FREITAS, 2016), o envolvimento entre os dois países permanece muito grande, sem perspectiva de redução no curto e no médio prazo. Continuam sendo celebrados novos acordos de cooperação entre o Brasil e o Haiti (NAÇÕES UNIDAS, 2016); o número de migrantes haitianos que ainda vivem em território brasileiro segue sendo bastante expressivo. Assim, mesmo quando encerrada a Minustah, fica claro que o Brasil seguirá tendo responsabilidades humanitárias no país caribenhinho. Os problemas que afligem os dois países são frequentemente comuns, ainda que em intensidades distintas, o que reforça a relevância da participação de especialistas brasileiros na resolução dessas questões.

Ademais, nossa política externa deverá seguir atenta e agir em busca de estabilidade política para o Haiti, especialmente neste 2017, em que um novo presidente, Jovenel Moïse, assume o governo do Estado do terço oeste de Hispaniola, já com a expectativa da saída das tropas das Nações Unidas. Por mais polêmica que tenha sido a Minustah, o Brasil, como líder da missão, não mais poderá se manter distante das questões internas do Haiti, sob o risco de, no futuro, ser novamente chamado a intervir militarmente no país caribenhinho.

Em relação às ações humanitárias e cooperativas do Brasil na saúde haitiana desde 2003, é possível afirmar que elas se traduziram em conhecimentos que contribuirão para que o Brasil possa atuar futuramente em outros projetos de cooperação Sul-Sul de forma mais eficiente e pertinente. O benefício das experiências da ação no Haiti se espalharam, mais intensamente, nos ministérios da Defesa, da Saúde e das Relações Exteriores, mas também alcançaram universidades e autarquias parceiras.

As parcerias Sul-Sul, como as que o Brasil fez com o Haiti na área da saúde, têm orientação mais aberta, uma visão mais horizontal, claro respeito pela soberania do Estado estrangeiro e pela autonomia do órgão receptor da ajuda, o que contribui para aumentar a confiança mútua e, assim, os resultados das ações. Mas isto não significa abrir mão de participar das decisões dos projetos de cooperação, nem de ser protagonista da fiscalização, da governança, da transparência, da eficiência e da eficácia dos recursos financeiros e humanos investidos no exterior.

No caso particular da ação brasileira no Haiti, isto deve ser feito por dois motivos: porque a população exige, internamente, transparência sobre o uso dos recursos públicos em Estados estrangeiros; e por haver um consolidado entrelaçamento de destinos entre os dois países. No primeiro caso, entendemos fazer-se necessário sistematizar e tornar públicos os resultados das ações, para que tais informações possam subsidiar um debate amplo, tanto no Brasil quanto no Haiti, sobre a pertinência, a forma e a intensidade da continuação da cooperação brasileira. Quanto ao segundo, vemos que o laço entre os dois países se reforça especialmente após o terremoto de 2010, quando se inicia a onda de migração de haitianos ao Brasil. Esta última motivação é bastante particular deste caso: garantir o bem-estar da população haitiana passou a ser, também, dever do Brasil.

REFERÊNCIAS

- AFP. A missão de estabilização da ONU no Haiti. **Uol Últimas Notícias**, 21 maio 2004. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/ultnot/afp/2004/05/21/ult34u96263.jhtm>>. Acesso em: 12 fev.2016.
- BARBOSA, Rubens. Política externa de dois governos. In: FÓRUM DE ECONOMIA DA FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, 8., 2011, São Paulo. **Papers...** São Paulo: EESP-FGV, 2011.
- BBC News. **Haiti poll fraud allegations**. 22 maio 2000. Disponível em: <<http://news.bbc.co.uk/2/hi/americas/758000.stm>>. Acesso em: 11 fev.2016.
- _____. **Haiti crisis: Anti-Martelly protest turns violent**. 17 dez.2014. Disponível em: <<http://www.bbc.com/news/world-latin-america-30509041>>. Acesso em: 19 jan.2017.
- BONET Gorbea, Mariano. Prólogo. In: SOMARRIBA López, Lorenzo; LLANES Caballero, Rafael A.; SÁNCHEZ Pérez, María de Jesús. **Cólera en Haití: lecciones aprendidas por la Brigada Médica Cubana**. La Habana: Ciencias Médicas, 2013.
- BOURNE, Richard. **Lula of Brazil: the story so far**. Berkeley, CA, USA: University of California, 2008.
- BRASIL. **Decreto nº 5284**. Promulga o Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Haiti, celebrado em Brasília, em 15 de outubro de 1982. 24 nov.2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5284.htm>. Acesso em: 20 jun.2016.
- _____. **Lei nº 12239**. Abre crédito extraordinário, em favor da Presidência da República, dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, das Relações Exteriores, da Saúde, da Defesa, da Integração Nacional e das Cidades, e de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, no valor global de R\$ 1.374.057.000,00, para os fins que especifica. 19 maio 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12239.htm>. Acesso em: 20 jan.2017.
- _____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cartografia: área territorial brasileira**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/areaterritorial/principal.shtm>>. Acesso em: 14 jan.2017.
- _____. Ministério da Saúde. **Cooperação em Saúde no Haiti: quatro anos de construção**. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/Relatorio_Haiti_pt.pdf>. Acesso em: 20 jun.2016.
- _____. Ministério das Relações Exteriores. Departamento de Promoção Comercial e Investimentos. Divisão de Inteligência Comercial. **Haiti: comércio exterior**. 2015. Disponível em: <<http://www.investexportbrasil.gov.br/sites/default/files/publicacoes/indicadoresEconomicos/INDHaiti.pdf>>. Acesso em: 23 jan.2017.
- CECI. Centre d'Étude et de Coopération Internationale. **Election Observation Mission in Haiti**. 2015. Disponível em: <<http://www.ceci.ca/en/where-we-work/americas/haiti/projects/election-observation-mission-in-haiti/>>. Acesso em: 19 jan.2017.
- CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **História da política exterior do Brasil**. 5.ed. Brasília: Editora UnB, 2015.
- ESTADOS UNIDOS. Central Intelligence Agency. The World Factbook. **Haiti**. 2017. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/ha.html>>. Acesso em: 14 jan.2017.
- EFE. Haiti: ex-aliados e adversários de Aristide se somam a Philippe. **Uol Últimas Notícias**, 29 fev.2004. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/inter/efe/2004/02/29/ult1808u6497.jhtm>>. Acesso em: 11 fev.2016.
- _____. Haiti completa dois anos de crise após a saída de Aristide. **Uol Últimas Notícias**, 20 abr. 2006. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/ultnot/efe/2006/04/20/ult1808u63152.jhtm>>. Acesso em: 11 fev.2016.
- _____. Jovenel Moïse é declarado ganhador das eleições presidenciais no Haiti. **Uol Últimas Notícias**, 3 jan.2017. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/efe/2017/01/03/jovenel-moise-e-declarado-ganhador-das-eleicoes-presidenciais-no-haiti.htm>>. Acesso em: 19 jan.2017.
- EKSTRÖM, Karin; ALLES, Leonardo Miguel. Brazilian Foreign Policy under Lula: from non-intervention to non-in-

difference. **Political Perspectives**, v.6, n.2, p.9-29, 2012. Disponível em: <<http://www.politicalperspectives.org.uk/wp-content/uploads/2-Brazilian-Foreign-Policy-under-Lula-Ekstrom-and-Alles3.pdf>>. Acesso em: 20 jun.2015.

FIOCRUZ. Apoio Técnico para Implementação de Bancos de Leite Humano no Haiti. **Cooperação Internacional Fiocruz**. 2011. Disponível em: <<http://www.redeblh.fiocruz.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=732&sid=271>>. Acesso em: 20 jun.2016.

FOREIGN POLICY. **Fragile States Index 2016**. 2016. Disponível em: <<http://foreignpolicy.com/fragile-states-index-2016-brexit-syria-refugee-europe-anti-migrant-boko-haram/>>. Acesso em: 14 jan.2017.

FREIRE, Vinicius Torres. Como se faz um Haiti? **Folha de S.Paulo**, v.89, n.29509, 17 jan.2010. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/f1701201008.htm>>. Acesso em 24 jan.2015.

FREITAS, Olívia. Só PS opera em hospitais do Brasil no Haiti. **Folha de S.Paulo**, 14 jul.2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/226055-so-ps-opera-em-hospitais-do-brasil-no-haiti.shtml>>. Acesso em: 19 jan.2017.

_____. Mesmo com furacão e entrave político, missão da ONU no Haiti é acelerada. **Folha de S.Paulo**, 11 nov.2016. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2016/11/1831488-mesmo-com-furacao-e-entrave-politico-missao-da-onu-no-haiti-e-acelerada.shtml>>. Acesso em: 19 jan.2017.

FUENTES, Fernando. Argentina anuncia fuerte recorte de tropas en Haití y enciende debate regional. **La Tercera**, Santiago (Chile), v.65, n.23622, p.20, 26 fev.2015.

GAUTHIER, Amélie; SOUSA, Sarah-Lea John de. Brazil in Haiti: debate over the peacekeeping mission. **Fride**, 15 nov.2006. Disponível em: <<http://fride.org/publication/430/brazil-in-haiti:-debate-over-the-peacekeeping-mission>>. Acesso em: 20 jun.2016.

GOMES, Renata Machado dos Santos; OLIVEIRA, Valdir de Castro. Cooperação internacional Brasil-Cuba-Haiti: o papel das rádios comunitárias no fortalecimento da mobilização social no âmbito da saúde pública no Haiti. **Ciência & Saúde Coletiva**, v.20, n.1, p.199-208, jan.2015. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/1413-81232014201.20512013>>. Acesso em: 19 jan.2017.

GOULART, Sueli; COSTA, Rodrigo Prado da. Perfil da cooperação internacional em saúde no Haiti. In: MISOC-ZKY, Maria Ceci; BORDIN, Ronaldo; BARCELOS, Ricardo. **Fortalecimento da rede de serviços de saúde: um relato da cooperação Brasil/Cuba/Haiti**. Porto Alegre: Publicato, 2015.

HALLWARD, Peter. Option zero in Haiti. **New Left Review**, n.27, maio/jun.2004. Disponível em: <<https://newleftreview.org/II/27/peter-hallward-option-zero-in-haiti>>. Acesso em: 12 fev.2016.

IJDH (Institute for Justice and Democracy in Haiti). **Ensuring Fair Elections in Haiti**: Legal analysis of recent developments. 19 jan.2015. Disponível em: <<http://www.ijdh.org/2015/01/topics/politics-democracy/ensuring-fair-elections-in-haiti-legal-analysis-of-recent-developments>>. Acesso em: 26 abr.2015.

IGLESIAS Puente, Carlos Alfonso. **A cooperação técnica horizontal brasileira como instrumento de política externa: a evolução da cooperação técnica com países em desenvolvimento – CTPD – no período 1995-2005**. Brasília: Funag, 2010.

IVES, Kim. WikiLeaks points to US meddling in Haiti. **The Guardian**, 21 jan.2011. Disponível em: <<http://www.theguardian.com/commentisfree/cifamerica/2011/jan/21/haiti-wikileaks?INTCMP=SRCH>>. Acesso em: 20 jun.2016.

JACKSON, Robert H. **Quasi-States: sovereignty, international relations and the third world**. Cambridge, UK: CUP, 1993.

JACKSON, Robert; SØRENSEN, Georg. **Introduction to International Relations: theories and approaches**. 5.ed. Oxford, UK: OUP, 2013.

JÚNIOR, Edgard. ONU: Haiti está alcançando progressos concretos para realizar eleições este ano. **Rádio ONU: notícias e mídia**. 18 mar.2015. Disponível em: <<http://www.unmultimedia.org/radio/portuguese/2015/03/onu-haiti-esta-alcancando-progressos-concretos-para-realizar-eleicoes-este-ano>>. Acesso em: 26 abr.2015.

KLARREICH, Kathie. A battle of cannibals and monsters. **Time**, 15 fev.2004. Disponível em: <<http://content.time.com/time/magazine/article/0,9171,591296,00.html>>. Acesso em: 10 fev.2016.

LIMA, João Daniel; SANTORO, Maurício. A diplomacia dos gramados. **Revista de História.com.br**, 30 jun.2009. Disponível em: <<http://revistadehistoria.com.br/secao/artigos/a-diplomacia-dos-gramados>>. Acesso em: 20 jun.2015.

LUCENA, Laryssa Lyryanne M. de. O Brasil e a Minustah – ou a busca de novos parâmetros para uma política externa brasileira “ativa” e “ativa” em operações de paz das Nações Unidas. **Século XXI**, Porto Alegre, v.5, n.1, jan./jun.2014. Disponível em: <<http://sumario-periodicos.espm.br/index.php/seculo21/article/viewFile/1882/167>>. Acesso em: 15 fev.2016.

McPHERSON, Alan L. (Ed.). **Encyclopedia of U.S. Military Interventions in Latin America**. Santa Barbara, CA, USA: ABC-Clio, 2013.

MELLO, Patrícia Campos. Itamaraty diz não ter como cobrir despesas. **Folha de S.Paulo**, 23 jan.2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2015/01/1579222-itamaraty-diz-nao-ter-como-cobrir-despesas.shtml>>. Acesso em: 18 jan.2017.

MENEZES, Wellington A.; VASCONCELOS, Caio C.; BREGOLATO, Elisa. **Academia**: Universidade Anhembi Morumbi, dez.2012. Disponível em: <http://www.academia.edu/6457869/O_Brasil_e_a_Cooperacao_C3%A7%C3%A3o_T%C3%A9cnica_com_o_Haiti>. Acesso em: 15 maio 2016.

MISOCZKY, Maria Ceci. Na contracorrente do capitalismo do desastre: a cooperação Brasil-Cuba-Haiti para o fortalecimento do sistema de saúde haitiano. In: MISOCZKY, Maria Ceci; BORDIN, Ronaldo; BARCELOS, Ricardo. **Fortalecimento da rede de serviços de saúde**: um relato da cooperação Brasil/Cuba/Haiti. Porto Alegre: Publicato, 2015.

MITCHELL, Andrea. Haiti: becoming a ‘narco’ state? **NBC News**, 23 fev.2004. Disponível em: <http://www.nbc-news.com/id/4354448/ns/nbc_nightly_news_with_brian_williams/t/haiti-becoming-narco-state/#.V7XyJ6IvslB>. Acesso em: 13 fev.2016.

NAÇÕES UNIDAS. UN General Assembly. Report of the Secretary-General. **We the peoples**: the role of the United Nations in the twenty-first century. 27 mar.2000. Disponível em: <<http://unpan1.un.org/intradoc/groups/public/documents/un/unpan000923.pdf>>. Acesso em: 23 jan.2017.

_____. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Senai, governo brasileiro e PNUD instalam centro de formação profissional no Haiti**. 9 nov.2016. Disponível em: <<http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/presscenter/articles/2016/11/09/senai-governo-brasileiro-e-pnud-instalar-o-centro-de-forma-o-profissional-no-haiti.html>>. Acesso em: 19 jan.2017.

NASSIF, Fábio. Dez anos da ocupação militar no Haiti: “o povo quer que as tropas saiam já”. **Carta Maior**, maio 2014. Disponível em: <<http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Internacional/Dez-anos-da-ocupacao-militar-no-Haiti-o-povo-quer-que-as-tropas-saiam-ja-/6/30985>>. Acesso em: 26 jan.2016.

OLIVEIRA, Kelly. Brasil faz doação de cédulas ao Haiti. **Agência Brasil**, 27 nov.2013. Disponível em: <<http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2013-11-27/brasil-faz-doacao-de-cedulas-ao-haiti>>. Acesso em: 16 jun.2016.

PEIXOTO, Fabrícia. Ajuda do Brasil ao Haiti equivale a gastos com manutenção das tropas. **BBC Brasil**, 12 jul.2010. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2010/07/100712_haitibrasil_fp.shtml>. Acesso em: 20 jun.2016.

PESSOA, Luisa Regina; KASTRUP, Erica; LINGER, Pedro. A translação do conhecimento no âmbito da cooperação internacional: a experiência da Fiocruz em incorporação de tecnologias em saúde no Haiti. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, v.23, n.2, p.509-522, abr./jun.2016. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-59702016000200010>>. Acesso em: 20 jan.2017.

REUTERS. Lula visita Haiti e diz que situação é ‘pior do que imaginava’. **O Globo Online**, 26 fev.2010. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/mundo/lula-visita-haiti-diz-que-situacao-pior-do-que-imaginava-3048037>>. Acesso em: 20 jul.2016.

_____. Aristide deixa Haiti em meio a revoltas. **Uol Últimas Notícias**, 29 fev.2004a. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/inter/reuters/2004/02/29/ult27u40915.jhtm>>. Acesso em: 10 fev.2016.

_____. Ex-presidente do Haiti processa a França por sequestro. **Uol Últimas Notícias**, 31 mar.2004b. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/ultnot/reuters/2004/03/31/ult27u41391.jhtm>>. Acesso em: 10 fev.2016.

SARAIVA, Miriam Gomes. Balanço da política externa de Dilma Rousseff: perspectivas futuras? **Relações Internacionais**, n.44, p.25-35, dez.2014. Disponível em: <http://www.ipri.pt/images/publicacoes/revista_ri/pdf/ri44/n44a03.pdf>. Acesso em: 19 jan.2017.

SCRUTTON, Alistair; LONEY, Jim. Aristide pede calma após violência de gangues no Haiti. **Uol Últimas Notícias**, 28 fev.2004. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/ultnot/2004/02/28/ult27u40911.jhtm>>. Acesso em 10 fev.2016.

TERRALL, Ben. Time for Lula to Stop Doing Bush's Dirty Work in Haiti. **Institute for Justice and Democracy in Haiti**, mar.2007. Disponível em: <<http://www.ijdh.org/2007/03/topics/politics-democracy/time-for-lula-to-stop-doing-bushs-dirty-work-in-haiti>>. Acesso em: 26 abr.2015.

WAISBICH, Laura Trajber; POMEROY, Melissa. Haiti: um laboratório de engajamento multissetorial. **Perspectivas do Território**, n.1, set.2014. Disponível em: <<http://obs.org.br/cooperacao/620-haiti-um-laboratorio-de-engajamento-multissetorial>>. Acesso em: 18 jan.2017.

WATSON, Adam. **A evolução da sociedade internacional**: uma análise histórica comparativa. Trad. René Loncan. Brasília: Editora UnB, 2004.

ZONTA, Márcio. “No Haiti, o Brasil é só um fantoche”, afirma senador haitiano. **Brasil de Fato**, 9 maio 2013. Disponível em: <<http://antigo.brasildefato.com.br/node/12865>>. Acesso em: 20 jul.2016.